



Economistas reformulam teorias do crescimento

BRASÍLIA — A tese de que é possível fazer a retomada do crescimento econômico em bases sólidas, sem comprometer o expressivo superávit da balança comercial do País, acaba de ser abandonada pelos principais assessores econômicos do Governo, em meio a um pesar generalizado e a uma sensação de frustração, em consequência do baixíssimo saldo de US\$ 210 milhões registrado em outubro e da perspectiva de déficit em novembro.

Como explicaram fontes governamentais, a estratégia adotada pelo Governo até aqui baseava-se na teoria de que a política de substituição de importações e de investimentos maciços em infra-estrutura colocada em prática pelo Governo Geisel tinha dotado o País de uma nova base industrial, capaz de não apenas garantir essa retomada do crescimento, como, ao mesmo tempo, manter o superávit necessário ao fechamento do balanço de pagamentos.

A economia teria voltado a crescer em 84, após anos de queda, não por conta dos ajustes recessivos introduzidos pelo ex-ministro Delfim Netto, mas por causa das alterações estruturais realizadas durante o Governo Geisel. Essas alterações mudaram o perfil industrial do País, dotando-o de um núcleo altamente moderno, constituído pelos setores de energia, metalurgia, química e bens de capital.

Esse superávit estrutural significava que o país conseguiria gerar as divisas necessárias para o fechamento de seu balanço de pagamento não pela redução da demanda interna (como advogavam os receituários clássicos do Fundo Monetário Internacional), mas pela competitividade no exterior dos produtos gerados pelo moderno parque industrial instalado.

Essa teoria chegava mesmo a garantir que o crescimento e a concentração de renda não mais se conjugavam no País. Isto significava que era perfeitamente possível continuar mantendo os saldos comerciais necessários para o fechamento do balanço de pagamentos e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo interno.

Bastaram apenas dois meses para o superávit Estrutural "ser reduzido quase a zero", disse ontem, ironicamente, uma fonte governamental, referindo-se ao que ocorreu com a balança comercial em setembro e outubro. O superávit comercial, que se mantinha em US\$ 1 bilhão ao mês durante os primeiros oito meses do ano, caiu para pouco mais de US\$ 800 milhões em setembro, reduzindo-se para US\$ 210 milhões em outubro e podendo se reverter em um pequeno déficit em novembro.

Esse revés na balança comercial está sendo atribuído pelas fontes governamentais a um aumento expres-

sivo das importações e a uma queda acentuada das exportações. Ao contrário do que se imagina, não foram apenas as importações de alimentos que cresceram. A partir do fim de agosto, o Governo começou a afrouxar os controles sobre as importações de matérias-primas industriais, pressionado por indústrias que já não encontravam esses produtos no mercado interno. A maior parte do parque industrial tinha atingido a plena utilização da capacidade instalada ou estava bem perto dele.

—Fomos obrigados a autorizar até a importação de tampinhas para garrafa —dramatiza um técnico do governo. As exportações começaram também a cair, porque boa parte das indústrias foi obrigada a cancelar contratos de exportação, às vezes até mesmo a desistir de mercados já conquistados, simplesmente para atender a demanda interna. O mercado interno passou a ser mais lucrativo, menos oneroso e mais fácil de ser atendido, explicaram as fontes.

Passada a "sedução" dessa teoria, os técnicos governamentais voltam-se agora para a dura realidade de uma balança comercial em deterioração e de uma incômoda situação de redução progressiva das reservas internacionais. Estimativas extra-oficiais indicam que as reservas externas do País caíram cerca de US\$ 3 bilhões nos últimos quatro meses.